FACULDADE BAIANA DE DIREITO

RELATÓRIO

Avaliação Institucional

Ano 2023

Triênio 2021-2023

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 2

1.1 DADOS INSTITUCIONAIS 2

1.2 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2

2 . METODOLOGIA 3

3. DESENVOLVIMENTO 5

3.1 PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 5

3.2 POLÍTICAS ACADÊMICAS 7

3.3 RESULTADOS DA PESQUISA CPA 9

3.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS 16

5.1 AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE 24

5.2 MEDIDAS IMPLEMENTADAS 25

CONSIDERAÇÕES FINAIS 29

1. INTRODUÇÃO

A avaliação institucional da Faculdade Baiana de Direito (FBD) coaduna-se com seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e tem como objetivo, dentre outros, constituir-se em documento fundamental para o processo permanente de levantamento e observação dos fatos institucionais. Além de servir ao diagnóstico e à implementação de melhorias no projeto acadêmico, objetiva consubstanciar-se num verdadeiro processo de autoconhecimento acadêmico. É uma avaliação global e integrada do projeto da Faculdade Baiana de Direito, que procura, através da reflexão sobre práticas e dimensões institucionais, afirmar compromissos, métodos e valores.

É, também, o principal documento para o acompanhamento externo das políticas institucionais e do projeto pedagógico, servindo a cada triênio como mecanismo de avaliação por parte do Ministério da Educação, bem como instrumento para reestruturação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

1.1 DADOS INSTITUCIONAIS

Nome: Faculdade Baiana de Direito e Gestão

Mantenedora: Escola Baiana de Direito Ltda.

Código: 3847

Característica: Instituição Privada de Ensino com fins lucrativos

1.2 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPA) está atualmente composta pelos membros abaixo designados:

Coordenador da CPA / membro do corpo docente: Cláudia Albagli Nogueira

Membro do corpo técnico-administrativo: Jacqueline Andrade Moura

Membro do corpo discente: Maria Eduardo Barreto.

Representante da comunidade: Lucca Nascimento

Esta composição corresponde à equipe responsável pelas atividades de avaliação institucional no período anual, sendo este relatório referente ao ano de 2023 e parte do triênio 2021-2023.

2 . METODOLOGIA

O processo de avaliação institucional no ano de 2023 estabelece uma linha de continuidade no propósito da avaliação institucional compreendendo análise das rotinas acadêmicas, dos setores vários da Faculdade e avaliando eventuais mudanças realizadas, como também prospectando objetivos futuros. Sendo um relatório trienal, considerou-se o histórico de mudanças operadas no processo pedagógico e, especialmente, nas condições estruturais em razão da incorporação de novas tecnologias ao processo de aprendizagem e à comunicação institucional ao longo dos últimos anos. A pesquisa foi feita no segundo semestre, primeiro entre os estudantes analisando serviços, infraestrutura, relação docente e aspectos pedagógicos. Posteriormente com os professores e funcionários, igualmente adotando a avaliação de diferentes aspectos e buscando, ainda, compreender os impactos causados pelo retorno totalmente presencial.

O desenvolvimento dos questionários foi feito pelos membros da CPA, através de reuniões online, com a formulação de questões fruto de reflexão dos relatórios anteriores. Os trabalhos foram divididos em dois momentos: um anterior à pesquisa para a elaboração das questões para a consulta da comunidade acadêmica; e um posterior, para interpretação dos dados e elaboração do presente relatório. A pedido da CPA, a tabulação dos dados coletados foi feita pelo Centro de Tecnologia e Informática da própria Instituição.

Aplicou-se parte da mesma pesquisa para os cursos de pós-graduação e o Baiana Business, MBA de negócios da faculdade.

O instrumento avaliativo de coleta de dados foi elaborado pela própria CPA, com base nas experiências anteriores e nas discussões internas, tendo em vista as seguintes dimensões temáticas:

- Políticas de atendimento aos estudantes;
- Projeto pedagógico da graduação;
- Meios de comunicação da Instituição e sua eficácia junto à comunidade acadêmica;
- Avaliação qualitativa do corpo docente;
- Avaliação qualitativa do corpo técnico-administrativo;
- Avaliação qualitativa do corpo discente.
- Organização e gestão de Instituição;
- Eficiência e eficácia administrativo-financeira;
- Estrutura física (salas, sanitários, serviço de fotocópia, cantina e biblioteca);
- Autoavaliação do corpo discente, docente e técnico-administrativo.

A divulgação das atividades da CPA se deu de acordo com o público a ser alcançado. Assim, entre os estudantes da Instituição, foi feita divulgação através de cartazes espalhados pela Faculdade, também nas redes sociais e com a colaboração dos alunos membros do Centro Acadêmico Eduardo Espínola. Buscou-se, sempre, conscientizar a comunidade da importância da colaboração e dos efeitos positivos gerados pela efetiva participação. Entre os alunos da pós-graduação, além dos instrumentos mencionados, também foi enviado formulário para avaliação individual das disciplinas cursadas. Entre os docentes a divulgação se dá através de circular encaminhada individualmente por e-mail, assim como por meio de redes sociais privadas. Para os colaboradores, além da produção de cartazes com pares chamando à participação, também possibilitamos o acesso ao questionário através de Qrcode.

A coleta das opiniões dos alunos se deu pela via digital-eletrônica, por meio do acesso à plataforma acadêmica, durante os meses de agosto e setembro de 2023. Os demais colaboradores e integrantes da comunidade acadêmica responderam ao questionário nos meses de outubro e novembro de 2023, tanto os docentes como os demais funcionários, por preenchimento manual.

Na consulta à comunidade tivemos excelente participação com 516 (quinhentos e dezesseis) respondentes, o que representa 66% (sessenta e seis por cento) dos estudantes ativos em 2023. Comparado aos anos anteriores em que alcançamos índices entre 30 a 40% (trinta a quarenta por cento) do alunado ativo, consideramos o resultado da avaliação de 2023 um importante passo. A amostragem permitirá avaliação e indicação de eventuais mudanças.

Entre os professores da graduação foram 34 respondentes de um total de 55 docentes, apontando um índice de 61% (sessenta e um por cento) de atendimento à pesquisa. Igualmente consideramos uma boa participação, inclusive superior aos anos anteriores da nossa pesquisa institucional. Destacamos nesse ponto o esforço de esclarecimento do papel e importância da participação dos docentes na avaliação institucional, além de trabalho de acompanhamento do acesso ao questionário. Entre os funcionários foram 82 respondentes de um universo de 96 pessoas, o que corresponde a 85% (oitenta e cinco por cento).

Manteve-se, em todos os casos, a prerrogativa da não identificação dos que contribuíram com o processo. Para tanto, o sistema eletrônico não associa as respostas fornecidas ao aluno e as cédulas manuais destacaram a facultatividade da aposição do nome.

3. DESENVOLVIMENTO

O levantamento dos dados no ano 2023, feito por meio de tabulação gráfica, possibilitou destacar a situação dos principais aspectos institucionais em face da comunidade acadêmica.

Vão aqui organizados de acordo com os cinco eixos correspondentes às dez dimensões dispostas no art. 3° da Lei 10.861/2004. São os eixos: planejamento, avaliação institucional e desenvolvimento institucional; políticas acadêmicas; políticas de gestão; e infraestrutura física.

Em item específico, considerando as peculiaridades dos cursos e buscando a clareza e objetividade do presente relatório, vão os resultados e análise das avaliações da pós-graduação e dos cursos *master business* da Faculdade.

3.1 PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional, realizada desde 2007, vem evoluindo para buscar os resultados mais eficazes, sempre alcançando os três grupos envolvidos no desenvolvimento da atividade acadêmica, quais sejam: discentes, docentes e corpo técnico-administrativo. Os anos de 2020 e 2021 exigiram um rearranjo do instrumento avaliatório. Já em 2022 retomamos as bases da sua aplicação à comunidade, incluindo os resultados das avaliações realizadas pelo Núcleo de Pós-graduação e pela Baiana Business, compreendendo a CPA como avaliação global integrada.

Em consonância com o PDI, numa compreensão de que é a avaliação instrumento fundamental para a sua concepção e realização, tem-se procurado atingir os três fundamentos do funcionamento da Faculdade Baiana de Direito - FBD (ensino, pesquisa e extensão) e, principalmente, o aprimoramento através da indicação das possíveis deficiências, para correção, e dos resultados positivos, para incremento.

Do mesmo modo, quando projetamos a missão institucional, relembrando que a FBD tem, entre as suas peculiaridades, ser uma Instituição ainda de curso único, que preza pela qualidade do corpo docente e por uma sólida formação ética, moral e técnica. A FBD tem o firme propósito de ofertar uma formação completa aos seus discentes, porque acredita na educação superior como elo responsável pela capacitação do ser humano na formação profissional, mas também na dimensão cultural e humanística, para que ele possa ter um crescimento enquanto indivíduo.

No que se refere à responsabilidade social da Faculdade Baiana de Direito, os relatórios de avaliação institucional anteriores já apontam para um incremento deste viés através da ampliação das suas atividades de iniciação científica, notadamente grupos de estudo que têm como objeto matérias de grande interesse social local. Esses grupos de estudo foram mantidos ativos durante a pandemia assegurando a continuidade das pesquisas e voltando parte delas para a compreensão das relações entre direito e pandemia. Também são atividades que procuram reordenar suas temáticas de acordo com as demandas que vão se apresentando, de maneira que ao longo dos anos inúmeros grupos de estudo já desenvolveram importantes trabalhos de pesquisa.

No campo da extensão, o Projeto Direito na Escola leva às escolas públicas de bairros da área de inserção da Faculdade, conceitos básicos de direitos que alcancem a população jovem, tudo através de uma linguagem facilitada para assegurar o alcance do maior número de pessoas.

Por fim, a atuação do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), que realiza atendimento gratuito para consultoria e assistência judicial, impactando positivamente no atendimento à população localizada nas proximidades da Faculdade e outros bairros. Ressalte-se que ao longo do período pandêmico, em que atividades presenciais foram suspensas, manteve-se os atendimentos online para acompanhamento e ingresso de ações, assim como fora realizado acompanhamento específico para situações jurídicas relacionadas à pandemia, o que demonstra a atividade contínua do NPJ.

Através da sua mantenedora, a FBD busca a inserção de alunos por meio de políticas públicas educacionais tais como o PROUNI (em 2023 foram 20 alunos com bolsas parciais e 117 com bolsa integral) e FIES (em 2023 foram O2 alunos), além de programa próprio de bolsas de estudo, tendo garantido a 24 alunos bolsa integral no ano de 2023. Nesse mesmo propósito existe o ACREDITE, programa de parcelamento da Faculdade Baiana de Direito, com objetivo de permanência do estudante na Instituição. Atualmente são 45 (quarenta e cinco alunos ativos). Considerando a instabilidade econômica e a redução de renda de muitas famílias, a existência desse programa financeiro mostrou-se ainda mais relevante para assegurar o direito à educação daqueles que estão com suas graduações em curso e que conseguiram manter o vínculo institucional através de negociação diretamente com a Faculdade.

Da mesma forma, a Instituição, por meio da parceria com o grupo Mulheres do Brasil, ofertou bolsas de estudo para mulheres atendidas pelo programa, com o intuito de promover políticas de incentivo à redução das desigualdades de gênero.

3.2 POLÍTICAS ACADÊMICAS

A Faculdade Baiana de Direito vem, ao longo dos seus dezesseis anos de existência, buscando o aprimoramento das suas políticas institucionais. O projeto acadêmico, na

perspectiva do ensino, compõe-se de currículo em consonância com as regras do Ministério da Educação e ajustado aos objetivos institucionais.

A Instituição considera importante a graduação pela sua relevância na construção da visão de mundo e da postura política do indivíduo, preparando-o com autonomia e liberdade por meio de um processo educacional que garanta a conciliação da postura ética com a prática profissional para o exercício da cidadania. Também, nos últimos três anos, a FBD vem aprimorando atividades que despertem o aluno para o exercício da alteridade, acreditando que esta é ferramenta essencial à formação do profissional contemporâneo. Daí, por exemplo, a inclusão no currículo da graduação, como disciplina obrigatória Direito e Tecnologia e como disciplinas eletivas Direito e Bioética e Direito e Diversidade, esta última passando a ser componente obrigatório a partir do ano de 2023. Também o favorecimento de metodologias ativas, entendendo o protagonismo e a capacidade de desenvolver soluções, como características essenciais ao estudante frente aos novos cenários das profissões jurídicas.

Diferente não é com a Pós-graduação, onde, buscando a potencialização de especialidades profissionais, bem como o aprimoramento de habilidades como comunicação e criatividade, tem-se expandido o Núcleo de Pós-graduação e a Baiana Business.

Orientada por uma visão interdisciplinar, concebe sua organização didático-pedagógica a partir do avanço da visão restrita de mundo para compreensão da complexidade da realidade; reconhece, assim, que todo conhecimento é igualmente importante. Neste sentido, procura a integração do ensino com a pesquisa e estimula a extensão por meio de ações factíveis e razoáveis ao seu universo de aplicação.

Nos anos de 2020 e 2021 um esforço conjunto entre os diversos setores da instituição foi feito para adaptação às condições peculiares impostas com a pandemia, preservando o projeto acadêmico na sua perspectiva macro e implementando as mudanças necessárias à realidade do ensino remoto e híbrido. Também houve, pela Coordenação acadêmica, uma política de estímulo ao uso de metodologias compatíveis com o ambiente virtual, inclusive com a contratação de consultoria externa para capacitação docente.

O ano de 2022 representou o desafio do retorno totalmente presencial onde se mostrou necessária a avaliação de quais mudanças poderiam ser incorporadas às novas rotinas presenciais, que instrumentos pedagógicos deveriam ser aproveitados e como readaptar a comunidade de discentes e docentes. Em 2023 seguiu-se com os ajustes à medida que a compreensão das rotinas e do que efetivamente havia funcionado na combinação com o projeto pedagógico se evidenciou.

O sistema ÁGATA, ambiente virtual de ensino, por exemplo, foi mantido como espaço de organização das aulas online, de compartilhamento de conteúdos, realização de avaliações e plataforma oficial de interação entre professores e alunos. Torna-se espaço de contribuição ao processo de ensino e aprendizagem de caráter permanente.

Em 2023 manteve-se a realização semestral do provão, que é uma prova objetiva aplicada a toda comunidade estudantil. Inclusive é objeto de pergunta neste processo avaliativo que mais adiante será comentada. Permanece ainda a estrutura avaliativa de realização de provas discursivas aplicadas no período das aulas. Destaca-se, como já dito, o comprometimento com a perspectiva macro dos objetivos institucionais, destacadamente no que se refere à excelência do ensino e à formação humanística.

3.3 RESULTADOS DA PESQUISA CPA

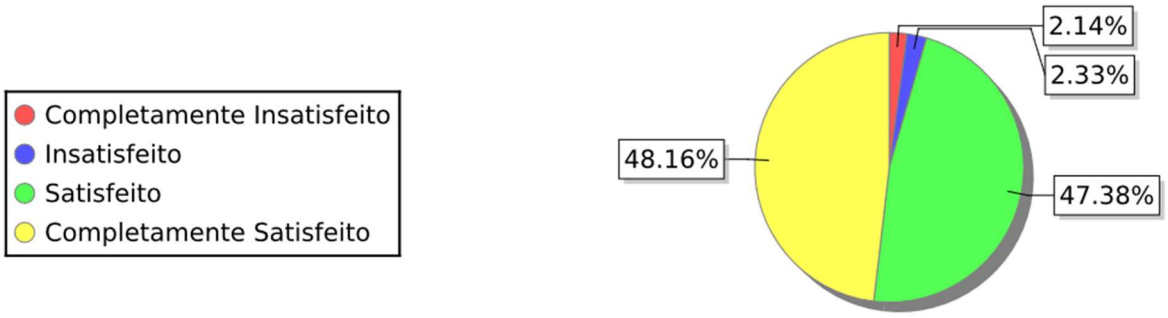
3.3.1 Pesquisa entre discentes

A Comissão Própria de Avaliação estruturou a pesquisa junto aos alunos a partir da análise das relações entre alunado e os setores de suporte da Faculdade, avaliação do processo de aprendizado, análise individualizada dos docentes, aspectos tecnológicos, e de infraestrutura

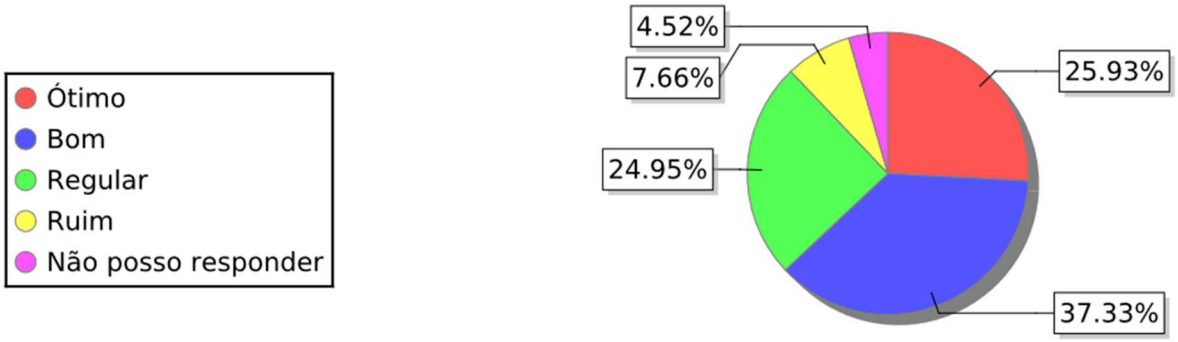
Na sequência apresentamos os principais índices, ressaltando que todos os dados colhidos estarão anexos a este relatório à disposição para eventuais análises das tabulações.

Duas questões foram dirigidas ao processo de formação do conhecimento do aluno, avaliando as condições de aprendizagem a partir do uso de recursos tecnológicos durante as aulas e aspectos pedagógicos do curso. A primeira referente aos **recursos audiovisuais e**

materiais pedagógicos, que se constitui em um dos pontos importantes entre as mudanças operadas após o período de pandemia, uma vez que a infraestrutura foi incorporada ao processo de aprendizagem do alunado entendendo como incremento das possibilidades de didática dos docentes. Nessa avaliação, entre satisfeitos e completamente satisfeitos somam mais de 96% (noventa por cento) o que demonstra os ótimos resultados dessas mudanças.



Na pergunta sobre o **uso de metodologias ativas** encontramos índices positivos na avaliação do alunado, porém registramos que entre os que entendem ser regular e ruim temos hoje um indica e de 33% (trinta e três por cento) que merece ser observado e dialogado com o corpo docente.

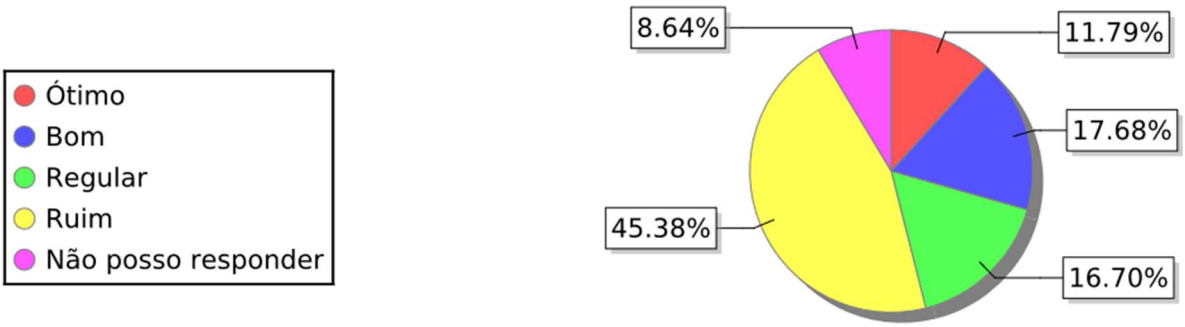


Ainda na parte acadêmica registramos o aprimoramento do **<u>Núcleo de Atendimento Psicopedagógico.</u>** Desde 2022 que passa a funcionar o CAAPE – Centro de Apoio e Acompanhamento Psicoemocional cujo propósito é o atendimento aos alunos que procuram a direção da Faculdade, ou aqueles que sejam indicados para atendimento pela coordenação ou por algum docente. O trabalho da CAAPE é desenvolvido por dois psicólogos, uma psicopedagoga e uma secretária e se constitui em acompanhamento psicológico e suporte na aprendizagem.

Auxiliam na elaboração de um plano de estudo, de modo a compreender a importância da rotina, engajamento e responsabilidades. É um setor que trabalha diretamente com a Coordenação Acadêmica e Colegiado de curso nas decisões quanto às questões relativas a estudantes que apresentem questões emocionais acompanhadas ou não de dificuldade de aprendizado, que precisam redimensionar matrículas ou realizar processos como o de trancamento de matrícula ou extensão de prazos acadêmicos.

Outro ponto muito importante de avaliação ainda na parte acadêmica diz respeito ao provão como meio de avaliação. O provão se constitui em uma escolha pedagógica da Faculdade Baiana de Direito, realizando semestralmente uma prova objetiva para todos os estudantes a partir do segundo semestre onde se avalia o aprendizado nos componentes curriculares que o estudante cursou no semestre anterior e nos demais semestres já realizados. Isso através de uma prova objetiva, permitindo ao estudante outra metodologia de avaliação, assim como um contínuo processo de aprendizagem dos conteúdos trabalhados ao longo do curso e preparação para provas objetivas de Exame da Ordem e concursos públicos.

Nesta questão responderam os estudantes **em relação ao provão**:

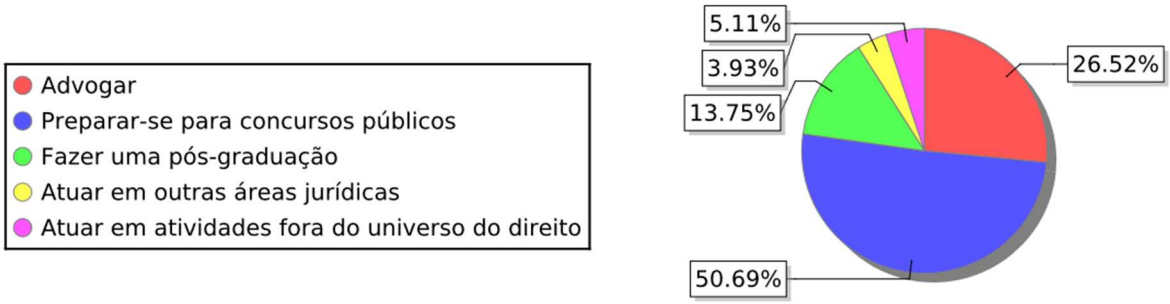


Observamos que a avaliação dos estudantes não foi positiva e que esta já é uma manifestação que aparece em relatórios anteriores. Entre ótimo e bom temos índices de aproximadamente 28% (vinte e oito por cento). Já 45,38 (quarenta e cinco vírgula trinta e oito por cento) avaliam como ruim e 16,70% (dezesseis vírgula setenta por cento) como regular. Estes dois índices somados indicam que 62 % dos respondentes apontam insatisfação, chamando atenção para a necessidade de se discutir com a comunidade discente o modelo avaliativo e/ou seu peso. Registre-se mais uma vez este ponto já foi objeto de reflexão sugerida pela CPA e que o modelo avaliativo já passou por ajustes.

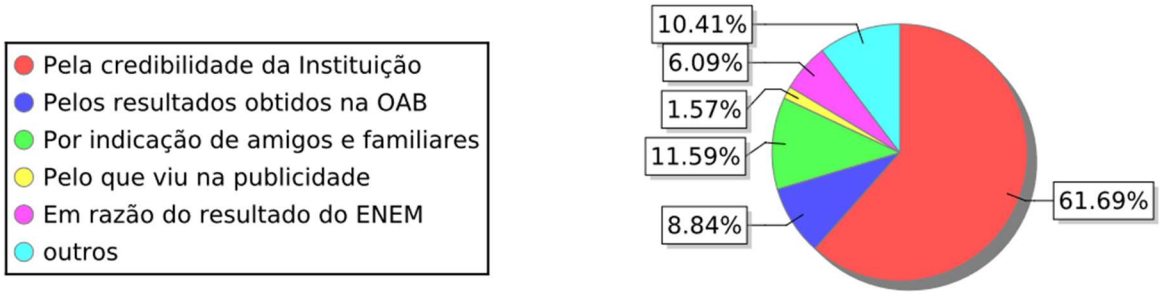
A avaliação do corpo docente pelos alunos se deu através questões que têm como intuito observar a atuação em sala de aula, previsibilidade das ações docentes, assim como uso de metodologias ativas, o que vem sendo posto como prioridade nos últimos anos pela Faculdade Baiana.

Desde a avaliação institucional de 2022, algumas questões foram introduzidas que se mostram importantes para o desenvolvimento do projeto institucional. Questões voltadas à relação de ingresso do aluno na Faculdade Baiana de Direito e também em relação às suas pretensões após a saída da instituição. Nessa questão última em específico buscou-se colaborar com o perfil do egresso dos nossos estudantes.

A primeira questão referiu a **qual a pretensão dos estudantes após a finalização do curso**, tendo sido perguntado se advogar, realizar concurso público, pós-graduação, atuar em outras áreas jurídicas ou atuar fora do universo do direito. Como resultado índices em todos os itens, prevalecendo a busca pelo concurso público, como se vê no gráfico abaixo.

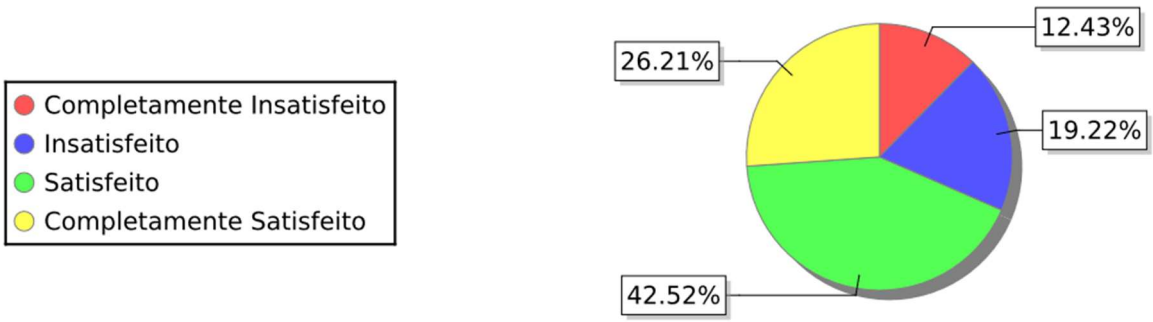


A outra questão pretendeu identificar **o que levou o estudante a escolher a Faculdade Baiana de Direito**, compreendendo dessa maneira o porquê da busca dos discentes e como a Instituição se relaciona no mercado de instituições privadas de ensino. O resultado demonstra que o fator mais evidente é a credibilidade da Instituição, com 65% (sessenta e cinco por cento) dos respondentes terem dito que por essa razão escolheram a Faculdade Baiana de Direito.



Entre os itens de **relação institucional e infraestrutura**, chamam atenção de um lado a avaliação positiva em relação à interlocução com a **Secretaria Acadêmica**, que tem 83% (oitenta e três por cento) de aprovação, a parte de **materiais audiovisuais e pedagógicos**, com 95% (noventa e cinco por cento) de aprovação.

Entre as respostas destacamos como ponto a ser observado a avaliação das **áreas de convivência** que 31% (trinta e um por cento) indicam como insatisfeitos.



3.3.2 – Pesquisa entre os docentes

A pesquisa à comunidade docente foi feita no segundo semestre de 2023 com o objetivo de avaliar as atividades, bem como desdobramento de algumas políticas institucionais implementadas a partir do retorno presencial ainda no ano de 2022.

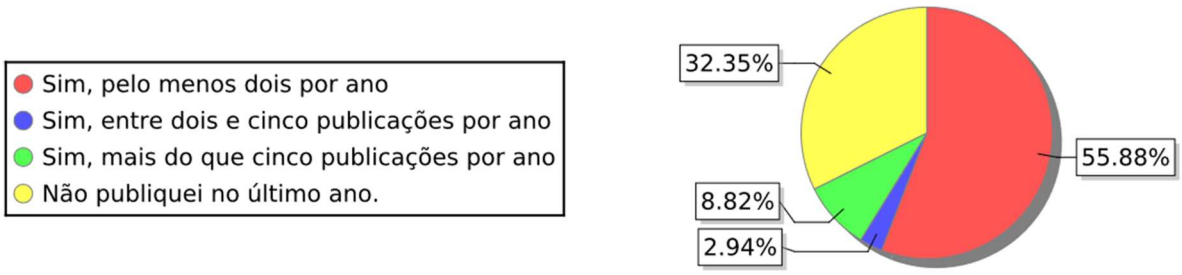
Assim, a pesquisa cotemplou as mudanças estruturais implantadas ao longo dos anos de 20202 e 2021 que acabaram por ganhar caráter permanente, assim como aspectos tradicionalmente analisados, a exemplo das questões pedagógicas, pertinencia da área de ensino e publicações.

Como já mencionado no início deste relatório, no ano de 2023 participaram 34 (trinta e quatro) docentes, o que representa 61% (sessenta e um por cento) do total de docentes da instituição. Índice que nos garante uma margem de amostra para a avaliação institucional e que resulta do esforço de comunicação e sensibilização dos professores quanto a relevância da avaliação.

Entre as respostas, destacam-se questões sobre o **uso de metodologias ativas**. Na avaliação deste ano, 32% (trinta e dois por cento) dos participantes indicam trabalhar com metodologias ativas nas aulas, mas mantêm as suas avaliações do modelo tradicional. Já 35% (trinta e cinco por cento) dizem utilizar metodologias ativas em todo o semestre. Esses índices demonstram que o uso de metodologias ativas está incoporado às práticas pedagógicas e que segue sendo um elemento importante do projeto pedagógico da FBD, podendo ser aperfeiçoado.

Sim, utilizei de metodologias ativas em todas as disciplinas lecionadas e ao longo de todo o	12	35.29%
Sim, na maioria das disciplinas houve uso de metodologias ativas, porém de forma pontual	6	17.65%
O uso de metodologias ativas deu-se apenas nas aulas, mantendo as avaliações no formato	11	32.35%
Não fiz uso de metodologias ativas pela incompatibilidade com o conteúdo do componente	1	2.94%
Não fiz uso de metodologias ativas em razão do número de discentes e incompatibilidade com	4	11.76%

Entre as perguntas está quanto a produção acadêmica dos docentes e 32% (trinta e dois por cento) apontam não ter nenhuma publicação naquele ano. A CPA entende necessária uma política d eincentivo à produção, conforme indicaremos ao final deste relatório.



Em pergunta sobre satisfação com a condição salarial 58% (cinquenta e oito por cento) dizem-se satisfeitos com a condição salarial considerando a realidade do mercado de trabalho.

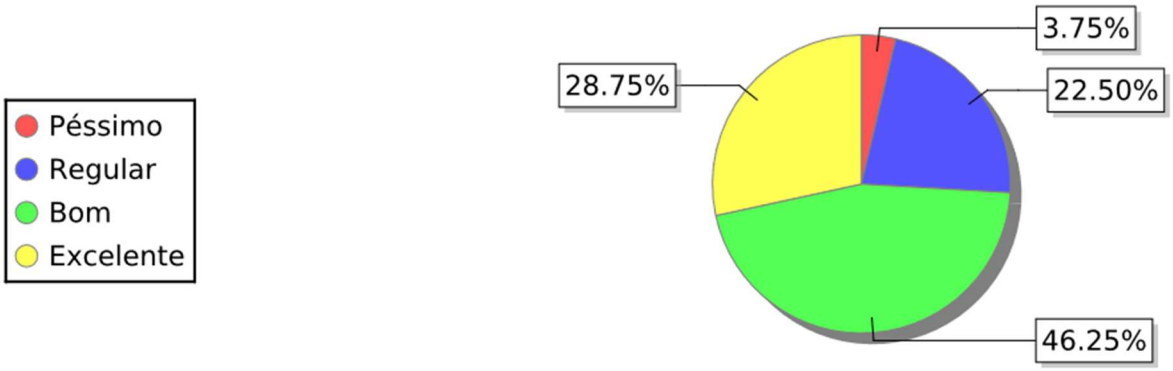
Por fim, registre-se a condição de permanência do corpo docente onde 65% (sessenta e cinco por cento) dos docentes tem mais de dez anos de casa.

3.3.3 – Pesquisa entre o corpo técnico

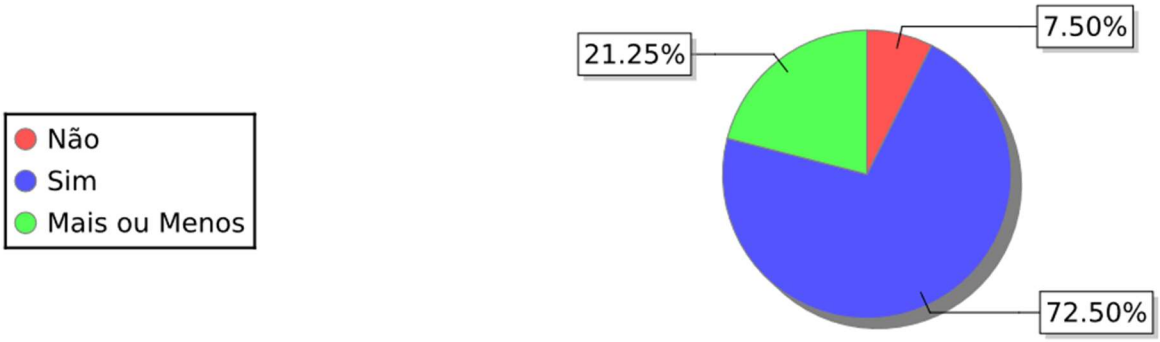
O corpo técnico foi ouvido através da pesquisa CPA realizada por questionário impresso não identificável, buscando igualmente avaliar o retrono presencial, olíticas novas que foram implantadas diante desse processo e análise dos elementos habituais relcaionados ao desenvolvimento das atividades administrativas.

Entre os funcionários foram 79 respondentes de um universo de 96 pessoas, o que corresponde a 79% (setenta e nove por cento) de atendimento à pesquisa da CPA. Esse índice representa excelente número de servidores. Dentre esses 32% (trinta e dois por cento) são funcionários há mais de cinco anos, e 16% (dezesseis por cento) há mais de dez anos, constituindo um corpo técnico com permanência, o que contribui para a construção de uma memória institucional.

Dentre as questões respondidas destaca-se a avaliação do **relacionamento entre colegas (dimensão horizontal) e diálogo institucional (dimensão vertical)**. Quando perguntados sobre o relacionamento entre colegas, 52% (cinquenta e dois por cento) dizem ter boa ou excelente relação. Já quando perguntados sobre a relação coma empresa, 74% (stenta e quatro por cento) apontam como boa ou excelente relação/diálogo com a chefia.

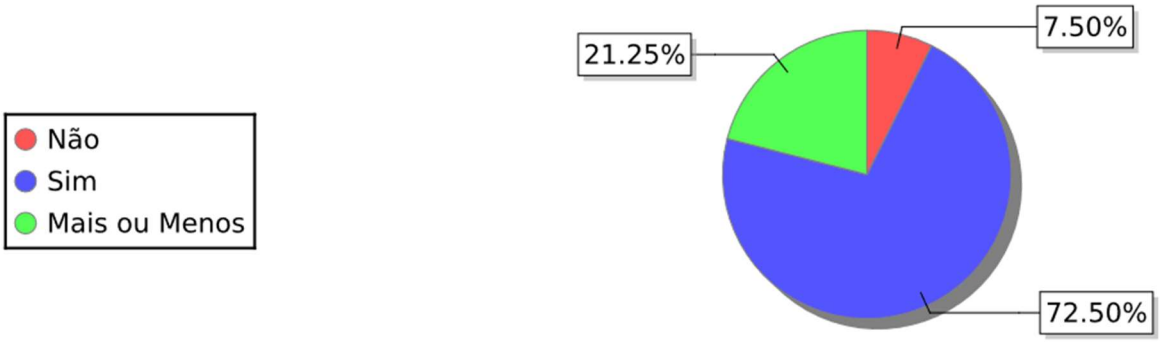


Um outro ponto interessante da pesquisa é em relação ao **investimento em treinamentos** que sempre teve índices não muito altos em pesquisas anteriores e nesta pesquisa 72% respondem afirmativamente quando perguntados.



colaboradores respondem afirmativamente constituindo-se em impostante item de percepção das relações no ambiente de trabalho.

Também a pergunta quanto a investimento em treinamento é respondida afirmativamente por 72,5% (setenta e dois vírgula cinco por cento) dos funcionários.



possível analisar questão por questão respondida positivamente.

3.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

A Faculdade vem ao longo dos anos desenvolvendo uma série de políticas institucionais que se somam ao projeto pedagógico. Ressaltam-se as **políticas de mérito e programa de monitoria**.

Durante todo o ano de 2023, 52 (cinquenta e dois) alunos participaram das atividades de monitoria, sendo 12 (doze) alunos bolsistas e 40 (quarenta) alunos voluntários. A monitoria

se constitui em elemento formativo no processo educacional e a Faculdade tem mantido e ampliado o programa com bolsas a cada ano incentivado a realização dessas atividades.

MONITORIA 2023	
Monitores Bolsistas	12
Monitores Voluntários	40
Total	52

O Núcleo de Iniciação Científica da IES atua como complementar aos processos pedagógicos de ensino-aprendizagem desenvolvidos em sala e tem como objetivo fomentar a iniciação científica por meio da produção individual ou coletiva de estudos, além de propiciar ao estudante, desde o início da sua formação acadêmica, a reflexão sobre os problemas cotidianos e o enfrentamento destes. Entre as atividades que são desenvolvidas, estão: elaboração de revistas e cartilhas, elaboração de relatórios com diagnóstico e proposição da realidade social, concursos de artigos e monografias, seminários, palestras, aplicação de questionários junto à comunidade, entre outras. Mais adiante é apresentado o rol dos grupos em funcionamento na Faculdade.

Atualmente diversos grupos de pesquisa estão ativos em diferentes áreas de pesquisa, de modo a possibilitar que os discentes desenvolvam as suas potencialidades acadêmicas e experimentem a pesquisa, desdobrando em artigos ou relatórios com possibilidade de publicação em revistas científicas e participação em eventos acadêmicos. São os seguintes grupos de pesquisa ativos:

✓ **Grupos de Iniciação Científica:** Educação e direito digital (Coord. Prof. Dr. Maurício Requião); Jurimetria e justiça racial (Prof. Dr. Daniel Nicory, Prof. Msc. Diogo Guanabara e Prof. Dr. Vinícius Assumpção); Acesso à justiça no Brasil: diagnóstico e alternativas.

✓ **Atividades de Extensão:**

- Direito na Escola (Coord. Profª. Cláudia Albagli) – Projeto desenvolvido desde 2013, que tem como proposta levar conhecimentos básicos de cidadania a alunos da rede pública estadual. Tratando de temas de interesse social, apresentados pelos estudantes da Faculdade Baiana de direito, através de linguagem simplificada e uso de recursos artísticos e visuais, o projeto atende a um compromisso social da instituição e pretende colaborar com a formação cidadã, ao mesmo tempo que tem uma função formativa para os alunos. Em 2022.2 o projeto retoma seu formato presencial e leva às escolas públicas temas como direitos eleitorais, direito ao nome e imagem e violências contra a mulher.

- Núcleo de superendividamento – Em parceria com Tribunal de Justiça da Bahia, este projeto de extensão visa auxiliar na organização financeira e realização de acordos para posterior homologação pelo TJ/BA.

- Cortes simuladas – São competições com calendário anual e, em regra, etapas brasileira e internacional. Exigem, ao mesmo tempo, rotina prévia de pesquisa e preparação e, no momento da competição, o desenvolvimento de importantes habilidades profissionais, tais como desenvoltura oral, raciocínio lógico e lastro argumentativo consolidado.

- Philip C. Jessup International Law Moot Court Competition (national round)
Fase classificatória / 9º lugar – oradora;

- Willem C. Vis International Commercial Arbitration Moot (Viena)
131º lugar na fase de rodadas orais, de um total de 372 equipes;

- CAMARB – Mediação.
1º lugar (Requerida) na regional Nordeste / 1º lugar - mediadora / Quartas de final nas eliminatórias nacionais (6º lugar no geral) / menção honrosa 3 oradores;

- CAMARB – Arbitragem.
6º lugar na 1ª fase / Quartas de final nas eliminatórias / 3º lugar - memoriais escritos requerida. Participação de 63 equipes;

- V Moot Brasileiro de D. Tributário - Semifinalista. Participação de 18 equipes.

- IV Competição de Arbitragem no Agronegócio – CAMAGRO.
1º lugar (regional Nordeste) / 2º lugar (regional Sudeste) / 1º, 3º e 5º lugar (oradores nas regionais) / oitavas de final na rodada nacional - 5º lugar na 1ª fase;

- 6ª Competição Brasileira de Processo Civil.
1º lugar - competição preliminar / Quartas de final nacional / 1º lugar - orador apelada. Total de 24 equipes competidoras.

Além dos grupos de iniciação científica, atividade de extensão e das competições de cortes simuladas, é necessário considerarmos as entidades organizadas pelos discentes e fomentadas pela instituição, o que demonstra a interação destes com o espaço acadêmico e a iniciativa de extensão do aprendizado para fora do espaço da sala de aula. Três delas possuem espaço próprio na Faculdade (C.A., Atlética e Alfa Empresa Júnior). São entidades atualmente em atividade na Faculdade:

- Alfa Empresa Júnior;
- Atlética Baiana;
- Centro Acadêmico Eduardo Espínola;
- Liga acadêmica Baiana de estudos civis;
- Liga de empreendedorismo da Faculdade Baiana de Direito;
- Liga baiana de ciências criminais;
- Liga baiana de direito processual civil;
- Liga acadêmica estudantil Baiana de Direito médico, da saúde, bioética e medicina legal.

Igualmente o incremento dos investimentos para a manutenção e o aperfeiçoamento de obras e periódicos de divulgação científica e intelectual (revistas), visando à ampliação da produção docente, assim como a atualização do quadro de carreira docente, para incentivo ao desenvolvimento da carreira profissional. Registre-se ainda o projeto de Mestrado Profissional em Gestão de Sistemas de Justiça e de Mecanismos de Efetivação dos Direitos que pretende complementar o projeto acadêmico da Faculdade Baiana de Direito, assim como a publicação do periódico Revista Civil Procedure Review, ambos gestados e efetivados na instituição.

Por fim, a própria avaliação institucional é parte fundamental desse caminho de organização e gestão da Instituição, sempre tendo em vista o incremento dos serviços e das ações institucionais. A prática da avaliação é vista como um diferencial importante nos processos decisórios, permitindo, portanto, uma ampla atuação da CPA como instrumento de diagnóstico para a tomada de decisão. É uma memória institucional que engloba as ações gerenciais e as atividades pedagógicas.

A **Sustentabilidade Financeira** é baseada numa estrutura de custos e de Plano de Contas que interage com cada Centro de Custos. Como resultado desse ordenamento, a IES obtém equilíbrio econômico-financeiro, gestão de caixa e orçamento baseada em metas e boas práticas de gestão, além de investimento contínuo na infraestrutura, capaz de promover um projeto educacional organizado, moderno, inovador, dinâmico e autossustentável. Igualmente vem representada, respeitados os limites estabelecidos no Regimento Interno, pela Mantenedora, a quem compete promover os meios adequados de funcionamento das atividades da Instituição, colocando-lhe à disposição os bens móveis e imóveis de seu patrimônio, ou de terceiros a ela cedidos e assegurando-lhe suficientes recursos financeiros de custeio para cumprir as ações institucionais propostas

À Mantenedora reserva-se a administração orçamentária da Faculdade, podendo delegá-la, no todo ou em parte, ao Diretor Geral, devendo este encaminhar, mensalmente, um relatório circunstanciado de todas as receitas e despesas ocorridas no período. As decisões dos órgãos colegiados que importem aumento de despesas são submetidas à apreciação do conselho consultivo.

A Faculdade Baiana de Direito e Gestão desde 2008 não recebe qualquer aporte da Mantenedora, sendo capaz de suportar com as receitas próprias as despesas correntes administrativas, impostos e obrigações, salários e investimentos. O contexto econômico-financeiro fica ainda mais visível quando se analisa o perfil de adimplemento da IES, não havendo no histórico nenhum episódio de inadimplência ou atraso nos pagamentos.

As mensalidades do curso de graduação em Direito constituem a principal fonte de receita da Faculdade Baiana de Direito e Gestão. Os recebimentos sob esta rubrica representam cerca de 80% (oitenta por cento) da receita total, os quais, se necessário fosse, permitiriam

praticamente o custeio do funcionamento da Instituição, representando aproximadamente 91% (noventa e um por cento) das despesas totais.

Além das receitas com mensalidades da graduação, pós-graduação e referentes aos repasses do Fundo de Financiamento Estudantil pelos estudantes que possuem contrato, são praticadas taxas de serviços acadêmicos para a realização de segundas chamadas, emissão de atestados e declarações, cartas de apresentação, segundas-vias de comprovante de matrícula, matrizes curriculares autenticadas, históricos, certidões de estudo, planos de ensino, trancamentos, transferências de turno, segundas vias de certificados de conclusão do curso e segundas vias de diplomas. O recebimento por esses serviços, adicionados do valor de multas por atraso na devolução de livros da biblioteca, é da ordem de 0,9% (zero vírgula nove por cento) do total de receitas.

Como complemento ao conteúdo do curso de graduação, a Instituição oferta cursos de extensão, com cargas horárias variadas, que contemplam não só assuntos e ferramentas da prática do direito, mas também habilidades acessórias. Todos os cursos somados representam 0,4% (zero vírgula quatro por cento) das receitas totais.

Com a pandemia e a expansão de ofertas de ensino EAD e nos formatos *live learning*, híbrido e de aulas 100% gravadas, houve queda no número de matrículas, o que, espera-se, seja recuperado ao longo dos próximos anos. Apesar desse contexto desafiador, a Faculdade Baiana de Direito e Gestão manteve uma base de alunos que assegurou a sua sustentabilidade financeira e a manutenção dos projetos de expansão dos cursos de pós-graduação para o ano de 2023.

Por fim, como instituição socialmente responsável, a Faculdade Baiana de Direito possui algumas parcerias com instituições e empresas, visando elaboração e implementação de projetos essenciais à integração da Instituição de Ensino Superior com a comunidade na qual está inserida. Esses projetos são fundamentais, também, para o aperfeiçoamento dos discentes, além de contribuir para a formação humanística e ética dos futuros profissionais. Dentre os convênios firmados, estão as parcerias com a Universidade de Lisboa, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e Blas Pascal na Argentina para o intercâmbio entre os estudantes, assim como a parceria com diversas Organizações não Governamentais para a

realização de trabalhos voluntários e com instituições públicas e privadas para a oferta de estágios.

Em relação ao estágio, todo acompanhamento de parceria para estágio é feito pelo Núcleo de Prática Jurídica, assim como as parcerias com instituições de ensino e Organizações não governamentais são feitas pelo Núcleo de Acompanhamento ao Discente. Um dos objetivos da IES é de sempre implantar e renovar projetos de parceria e convênios que assegurem a prática profissional dos estudantes junto às empresas e organizações da região, bem como manter programas de apoio e orientação aos alunos, promovendo o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e facilitação para o ingresso no mercado de trabalho.

A biblioteca está frequentemente sendo atualizada e a Faculdade pretende ampliá-la, no intuito de transformá-la em um espaço ainda mais amplo de pesquisa e aprendizagem para leitura, produção de texto, metodologia do trabalho científico e de técnicas de auto-aprendizado. No ano de 2023, por exemplo, foram adquiridos 219 (duzentos e dezenove) novos títulos e 647 (seiscentos e quarenta e sete) exemplares. Possui, atualmente, um acervo de aproximadamente 40.000 (quarenta mil) livros distribuídos entre o acervo próprio e acervo particular de docentes da Instituição que lá depositam disponibilizando a toda comunidade discente e público externo frequentador.

4. PÓS-GRADUAÇÃO

O Núcleo de Pós-graduação da Faculdade Baiana de Direito está em funcionamento desde 2013, sendo criada com 6 (seis) cursos e estando atualmente com 09 (nove) cursos e aproximadamente 590 (quinhentos e noventa) alunos. Este número não é exato em virtude dos quantitativos variáveis entre matrículas suspensas e desistências. São os cursos de pós-graduação atualmente em atividade:

- Pós-Graduação em Direito Público;
- Pós-Graduação em Direito e Processo do Trabalho;
- Pós-Graduação em Licitações e Contratos Administrativos;
- Pós-Graduação em Direito Notarial e Registral - EAD
- Pós-Graduação em Direito Digital;
- Pós-Graduação em Direito e Prática Previdenciária;
- Pós-Graduação em Direito Médico, da Saúde e Bioética;
- Pós-Graduação em Direito Imobiliário;
- Pós Premium em Processo Civil.

As aulas são em regra quinzenais à exceção de cursos com aulas a cada 20 dias (imobiliário e licitações e contratos). O processo de avaliação institucional na pós-graduação ocorre a cada semestre, em virtude da sazonalidade das turmas, sendo realizada avaliação por disciplina e institucional.

Nas avaliações por disciplina aplica-se questionário ao final de cada conjunto de aulas, avaliando aspectos pedagógicos, bem como cumprimento do conteúdo estabelecido. Em virtude da grande quantidade de cursos e disciplinas, torna-se impossível fazer aqui uma exposição pormenorizada dos resultados das avaliações, colocando à disposição as planilhas para consultas que se façam necessárias, sendo, portanto, anexo do presente relatório.

Para a pós-graduação, adotou-se questionário semelhante ao da graduação, guardada as peculiaridades do curso de pós-graduação.

Na Baiana Business, núcleo que oferece cursos MBA, estão hoje ativos seis cursos diferentes:

MBA premium em engenharia de negócios e gestão de empresas;
MBA Inteligência de mercado, marketing estratégico e mídias digitais;
MBA executivo em gestão de organizações de saúde- negócios de saúde, qualidade, segurança, auditoria e certificações na área de saúde;
MBA premium em gestão de escritórios de advocacia e departamentos jurídicos;

Tanto no MBA como na pós graduação o desafio na avaliação parece ser o engajamento dos alunos em atender ao questionário, respondendo e colaborando com as medidas de aperfeiçoamento.

5 - ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

O processo de avaliação, durante o primeiro semestre, partiu de reuniões entre os membros da Comissão Própria de Avaliação voltadas à discussão dos questionários e depois a repensar o processo avaliativo diante da suspensão das aulas presenciais e da mudança das rotinas institucionais. Assim, no segundo semestre, procedeu-se com a avaliação online junto à comunidade discente, docentes e corpo técnico.

Com esse intuito, como dito no início, realizou-se uma campanha de divulgação do processo de avaliação e a reformulação dos questionários considerando a consolidação do retorno presencial e as mudanças definitivamente incorporadas às rotinas acadêmicas. O objetivo é sempre manter a seriedade do processo avaliativo e o intuito colaborador com as decisões estratégicas da instituição de ensino.

5.1 AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE

Superadas a exposição dos dados levantados, passamos àquele que deve ser o propósito da avaliação institucional: conhecer e compreender para melhorar. É fornecer elementos – dados da realidade e reflexões – para fundamentar ações proativas da instituição, como nos lembra José Dias Sobrinho[1].

Através da CPA, busca-se a continuidade dos processos institucionais e a formação de uma memória relativa a ações gerenciais e atividades pedagógicas. Assim sendo, em regra, neste item, desenvolvemos proposições em relação a infraestrutura, comunicação, processo avaliatório e questões pedagógicas.

Com base nos dados colhidos na avaliação institucional de 2023, sugerimos como possíveis medidas a serem adotadas pela Faculdade Baiana de Direito:

1) Reiteramos a necessidade de estudos e debates com o corpo estudantil em torno dos **modelos de avaliação, especialmente o provão** que aparece como ponto de insatisfação. No relatório do ano anterior indicamos da possibilidade dos índices decorrerem da interrupção do modelo avaliativo durante pandemia e do possível impacto ainda mais considerando a sazonalidade do público que é alcançado pelo provão, o que talvez justifique a avaliação. Outra

[1] DIAS SOBRINHO, José. Qualidade e garantia de qualidade: acreditação da educação superior. *In*: ROTHEN, José Carlos; BARREYRO, Gladys Beatriz (org.). **Avaliação da educação**: diferentes abordagens críticas. São Paulo: Xamã, 2011. p. 17-41.

alternativa que parece possível é a realização de campanhas que sensibilizem para a importância de preparo no modelo de questão objetiva e os benefícios para resultados em concurso público e Exame de Ordem, lembrando que mais de 50% dos estudantes dizem pretender concurso na saída da Faculdade.

2) **Incremento das metodologias ativas como recurso pedagógico**. Nas avaliações tanto dos estudantes como dos docentes este aparece como ponto a ser observado já que indica o uso ainda irregular desses instrumentos que, conforme PDI, constituem-se em diretriz do projeto institucional.

3) **Divulgação das atividades extraclasse**, especialmente aquelas de cunho extensionista.

4) **Escuta da comunidade acadêmica sobre as áreas de convivência**, uma vez que há indicativo de insatisfação. Possíveis mudanças podem ser pensadas a partir da compreensão de quais os pontos de crítica aos espaços da instituição.

5) **Realizar atividade de escuta do corpo discente com vistas a concretizar instrumentos avaliativos de diferentes formas**. Em 2021 realizou-se grupo focal com quatro estudantes de diferentes semestres do curso para escuta e debate de algumas das medidas implementadas em 2020 e 2021. O relatório desse encontro resultou questões levadas ao NDE e decididas como medidas para 2022 e 2023. A sugestão é que a FDB siga recorrendo a mecanismos de escuta como esses que colaboram para o aprimoramento das atividades e complementam esse instrumento avaliativo.

O processo de avaliação institucional é contínuo e permanente e deve ser pensado com diferentes possibilidades de abordagem da comunidade acadêmica que não apenas os questionários elaborados pela CPA.

5.2 MEDIDAS IMPLEMENTADAS

O ano de 2023 se constituiu no momento de avaliação e balanço das mudanças operadas nos anos anteriores. Mudanças essas não só estruturais (salas de aula e implantação de recursos tecnológicos), mas também dos impactos operados nas atividades pedagógicas. Foi também

momento de implantar a reorganização curricular que considerou a obrigatoriedade da extensão corresponder 10% da carga horária total do curso.

Assim, enumeramos as principais medidas:

1) **Implantação da Mudança curricular** – em 2023 deu-se a implantação das mudanças no currículo da graduação. Estas mudanças decorrem da necessidade de adaptação do curso em razão curricularização da extensão (Resolução CNE 07/2018). Além da adaptação da carga horária do curso para atendimento à referida Resolução, ainda foram pontos considerados na reforma: redimensionamento dos componentes obrigatórios dando maior flexibilidade ao currículo e, por consequência, oferta de componentes optativos atualmente não incorporados à estrutura curricular. Inclusão de conteúdos relacionados a demandas contemporâneas da formação jurídica, tais como: direito e diversidade, marketing jurídico, direito imobiliário e direito do agronegócio.

2) **Mudança das diretrizes pedagógicas da pós-graduação** – juntamente com o redimensionamento do projeto pedagógico do curso de graduação, mudanças também foram operadas nas diretrizes pedagógicas da pós-graduação colocando-o em consonância com a ideia de flexibilidade curricular, assegurando a oferta de disciplinas optativas.

3) **Implantação do novo Regimento do Trabalho de Conclusão de curso** – a modificação proposta e aprovada em 2022 foi implementada em 2023 modificando o regimento dos trabalhos de conclusão de curso (TCC). Além de atender a uma demanda indicada em avaliações anteriores, a medida coloca a realização dos TCC em consonância com novas possibilidades de pesquisa e formulação de trabalhos compatíveis com o ensino jurídico.

4) **Aumento do número de bolsas étnico-raciais** – considerando o sucesso da política de bolsas étnico-raciais, em 2023 ampliou-se o número de XX para YY, possibilitando uma maior inclusão no corpo estudantil da FBD.

5) **Ampliação do acervo bibliográfico** – ao longo de 2023 foram adquiridos 647 novos exemplares de 219 novos títulos.

RELATÓRIO TRIENAL

O triênio 2021-2023 foi marcado por diversas mudanças que se operaram na Faculdade Baiana de Direito, mudanças no âmbito pedagógico, didático e de infraestrutura. É igualmente o período em que não se pode desconsiderar a absorção dos impactos pela pandemia, mormente se observarmos que somente em 2021.2 tivemos o retorno das atividades presenciais, sem a possibilidade da manutenção em condição híbrida.

Destaca-se, diante disso, no ano de 2021, as mudanças feitas na infraestrutura para adaptação tecnológica e aperfeiçoamento do sistema Ágata, utilizado como ambiente virtual para as aulas, avisos e compartilhamento de materiais. Também todas as mudanças realizadas para garantir as condições de higiene e distanciamento necessárias ao retorno presencial das atividades. Ressaltando que os recursos para aula online e/ou híbrida somente foram mantidos quando ainda da imposição das condições de distanciamento.

Foram feitas uma série de modificações que se apresentaram como essenciais para a garantia das condições de aulas presenciais, condições essas que ao longo desses dois anos (2022 e 2023) se incorporaram às práticas pedagógicas da instituição e que possibilitam uso de novos recursos durante as aulas. O curso, portanto, possui 100% das suas aulas presenciais, mas conta com uma estrutura tecnológica de grande importância para o desenvolvimento das aulas.

Ainda no que se refere à infraestrutura registre-se a criação da Sala Maker que funciona como laboratório de apoio às atividades acadêmicas, servindo à gravação de aulas, vídeos, desenvolvimento de atividades em grupo e estando à disposição da comunidade como todo para uso nas atividades acadêmicas.

Ao longo desse triênio, mais precisamente no ano de 2022, destaca-se a implantação da CAAPE (Centro de Acompanhamento e Acolhimento Psicoemocional), que se constituiu em importante política institucional para garantir o suporte emocional aos estudantes no retorno das atividades, assim como para a realização de um trabalho de acompanhamento juntamente com a psicopedagogia.

Outra política institucional implantada no triênio é a criação do Núcleo de Empregabilidade que possibilitará acompanhar os egressos auxiliando na formulação de currículos, parcerias com escritórios, empresas e outros espaços de empregabilidade dos bacharéis egressos da Faculdade Baiana de Direito.

No âmbito das questões pedagógicas, durante o triênio 2021-2023, foram feitas mudanças da matriz curricular e no regimento do trabalho de conclusão de curso (TCC).

Em relação à matriz curricular foram feitas mudanças nas disciplinas obrigatórias para garantir maior flexibilidade ao estudante e assegurar as condições de curricularização da extensão, de acordo com a exigência do MEC na Resolução 07/2028 do CNE. Também se ampliou o rol de disciplinas optativas, assim como a obrigatoriedade de cursar ao menos seis delas ao longo do curso, permitindo que o estudante tenha maior autonomia na construção do seu currículo. Nesse sentido, componentes novos foram criados a partir das expectativas identificadas pela Instituição.

Igualmente realizou-se a reformulação do regimento do TCC, especialmente para adaptar à possibilidade de novas formas de trabalhos de conclusão de curso em consonância com as mudanças pedagógicas operadas no curso e a infraestrutura oferecida aos estudantes. Assim, por exemplo, o estudante passa a poder fazer como trabalho de conclusão um podcast sobre um tema jurídico, ou a realização de artigo científico com base nas regras estabelecidas.

Identifica-se que entre incremento da infraestrutura, novas políticas institucionais e mudanças didático-pedagógicas matem-se o diálogo, não se apresentando como processos estanques, mas sim como reposicionamentos institucionais coordenados e voltados à qualidade do curso e ao atendimento às legislações pertinentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expostos os dados levantados, indicações desta Comissão e mudanças implementadas, dá-se por concluído o processo de avaliação institucional, assim como concluído o ciclo trienal 2021-2023.

É este o relatório elaborado pela Comissão Própria de Avaliação, que será encaminhado ao Presidente da Mantenedora, ao Diretor Administrativo-Financeiro, à Coordenadora Administrativa, à Coordenação do Curso e debatido com a comunidade acadêmica a fim de buscar alternativas para empreender, da melhor forma possível, o projeto e missão da Faculdade Baiana de Direito.

Salvador, 25 de março de 2023.

Cláudia Albagli Nogueira Serpa
Coordenadora da CPA e membro do corpo docente

Jacqueline Andrade Moura
Membro do corpo técnico-administrativo

Maria Eduarda Barreto
Membro do corpo discente

Lucca Nascimento
Membro representante da comunidade